

Aquém do capital, além do humano

Beneath of capital, beyond human

Antes del capital, allá del ser humano

Dalvit Greiner de Paula¹

Recebido em: 26/6/2013

Aceito para publicação em: 17/9/2013

Resumo: Partindo do princípio de que a cultura reflete os desejos dos grupos de ocupar um território e de construir um futuro comum como condição de sua sobrevivência material e imaterial, este artigo discute a necessidade de rever a posição do Estado, neste caso entendido como a cidade, diante da distribuição de recursos para produzir cultura no país. Considera-se que a cultura, como um direito humano e um bem social inalienável, não deve ficar à mercê do capital nem do mercado como reguladores da produção e da oferta desses bens à sociedade.

Palavras-chave: cultura; aculturação; contracultura.

Abstract: On the assumption that culture reflects the desires of groups of occupying a territory and building a common future as a condition of their survival – material and immaterial –, this article discusses the need to revise the States position, in this case understood as the city, on the distribution of resources to produce culture in

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e especialista em Gestão Cultural pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/Minas). Coordenador pedagógico no ensino fundamental da rede municipal de Belo Horizonte.

the country. It is considered that culture, as a human right and a social inalienable good, should not be at the mercy of capital nor of the market as regulators of the production and supply of these goods to society.

Keywords: culture; acculturation; counterculture.

Resumen: En el supuesto de que la cultura refleja los deseos de los grupos de ocupar un territorio y de construir un futuro común como condición de su supervivencia material e inmaterial, este artículo discute la necesidad de revisar la posición del Estado, en este caso entendido como la ciudad, en la distribución de los recursos para producir cultura en el país. Se considera que la cultura, como un derecho humano y un bien social, no debe estar bajo el poder del capital ni del mercado como reguladores de la producción y el suministro de estos bienes a la sociedad.

Palabras clave: cultura; aculturación; contracultura.

Este artigo apresenta a cidade como o lugar privilegiado para a criação da cultura e defende a ideia de que esta não deve passar pela necessidade de financiamento dos bens simbólicos produzidos pelos homens, na medida em que a cultura tem um fim em si mesmo, pois sua função é a manutenção dos grupos humanos por intermédio da educação e da política. Essa ação, educativa e política, única entre os homens, não é definida pelo ambiente, mas pelas relações entre as pessoas que ocupam determinado território, tornando assim a cidade o local privilegiado para produzir a cultura. Independentemente da mediação das coisas, a cultura resulta das trocas simbólicas entre os grupos e não pode, assim, nunca ter outro valor que não o de uso. Qualquer outro uso favorece o processo de aculturação, explicitando as relações de poder entre os grupos que compõem a cidade. Contra isso, deve o Estado tornar-se o principal financiador de uma cultura que atenda toda a comunidade em sua diversidade e pluralidade.

Quando falamos de cultura levamos em consideração a definição de Alfredo Bosi (1992) em sua obra *Dialética da colonização*. Ele nos esclarece que o termo resulta da conjugação do verbo latino *colo*, “eu moro, eu ocupo a terra”. No seu tempo presente, o hábitat humano – que é a cidade, por excelência – só existe a partir da permanência, do sedentarismo. Não existem cidades nômades, móveis, tendo em vista que a cidade é o lugar do encontro, da passagem, da construção e da utopia, caracterizada pela insatisfação de seus habitantes em relação ao presente que lhes é dado viver. Os grupos nômades têm uma cultura facilmente moldável, em função de suas andanças, propiciando assim uma nova relação de troca com aqueles que ficam. Não criam raízes, porque não moram nem ocupam a terra. São culturas diferentes: os nômades com o necessário, os sedentários com o acúmulo.

Dessa ocupação constrói-se o seu particípio passado *culto*, o “vínculo do presente com o outrora-tornado-agora, laço da comunidade com as forças que a criaram em outro tempo e que sustentam a sua identidade” (BOSI, 1992, p. 15). Daqui se fazem a memória e a história de um povo, uma comunidade, com seus rituais que lembram o ancestral comum, o primeiro que chegou e ocupou em outro tempo, lançando ali a sua semente, a sua pedra fundamental, celebrando suas alianças, sua *virtù* e sua *fortuna*. Aqui o ancestral comum de que falamos se assemelha ao Príncipe de Maquiavel, aquele que principia as coisas, deita raízes e consolida o grupo com sua *virtù*, que é a “capacidade de estar presente no mundo, de saber apreender a ocasião, de saber se modificar, de saber agir contra toda tradição” (BIGNOTTO, 1991, p. 150) e dominar a *fortuna*, “um caso particular de azar, é o azar aplicado aos seres capazes de escolher” (BIGNOTTO, 1991, p. 142) e que pode pôr a cidade a perder. Na cidade o culto se faz mais presente por meio de seus monumentos e de seus rituais cívicos, religiosos, políticos, econômicos, sociais, recriando cotidianamente a identidade de si e de seus habitantes.

E, por fim, seu partícipio futuro *cultura*, supondo “uma consciência grupal operosa e operante que desentranha da vida presente os planos para o futuro” (BOSI, 1992, p. 16), visceralmente ligado à educação dos mais novos, na perspectiva de sua inserção na humanidade e na vida adulta. Toda cidade se lança ao futuro na preparação de seus integrantes mais novos, e isso se dá de duas maneiras: pela política e pela educação. Na primeira, por intermédio de suas câmaras de representantes – quando a vontade é de todos e não apenas dos melhores ou de um –, na preparação das leis que vão orientar os rumos da cidade no futuro, determinando o comportamento de seus cidadãos a partir daquele momento até a revogação delas e o surgimento de novas proposições que legitimem novos comportamentos. Na segunda, pela preparação das novas gerações, iniciando-lhes no culto que incentiva e reforça o vínculo ao grupo por meio das várias etapas de socialização, visando à manutenção desse grupo, em que a cultura é vista como ferramenta de excelência.

Dessa maneira, o conceito de cultura remete-nos ao que há de mais humano em seu tempo e lugar, donde a pluralidade humana engendra nossa diversidade cultural. Quando pensamos o conceito, é-nos impossível pensá-lo em processos individuais, isolados. Ocupar um espaço é um processo coletivo, na medida em que a cidade faz parte da natureza humana. O homem, um animal gregário, ocupa o território da cidade como parte de sua estratégia de sobrevivência e defesa de si e do grupo. Nesse mesmo espaço o homem realiza seus cultos: o lugar do culto é o local da morada que nos liga ao passado. O museu, o templo, a praça, o mercado, a casa, enfim, a cidade – independentemente se nova ou velha. Dessa forma, não existe culto isolado, nem individualizado: ele resulta de uma vivência do grupo, marca da sua passagem naquele lugar durante algum tempo. E, se é preciso continuar, deve-se cultivar aquele homem novo ensinando-lhe a condição humana e retirando-lhe a sua animalidade. Este é o exercício diário da cultura: manter o grupo vivo, tornando-o capaz de conviver e sobreviver no tempo e no espaço, dando-lhe condições para que se mantenha material e espiritualmente. Esse é, portanto, o lugar da educação – não necessariamente escolarizada – que nos torna autônomos e solidários diante do outro.

Partindo dessa premissa, podemos afirmar, com Hannah Arendt, que a cultura só é possível aos humanos, e não a nenhuma outra espécie no planeta, já que apenas nós somos capazes da *ação*, aquela “única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria” (ARENDRT, 1991). Ou seja, aquelas atividades ligadas à formação do homem e à construção da eternidade humana, dando valor simbólico aos seus feitos – assim como às ações e aos materiais resultantes desses feitos – e às suas relações. Significa tudo aquilo que lhe remete ao prazer e à alegria, à satisfação de suas necessidades, à segurança de uma vida boa e de um futuro tranquilo. Ora, tais atividades mencionadas por Hannah Arendt estão diretamente ligadas à política e à educação, pois são estas, e apenas estas, que mantêm o princípio da ação, a despeito de todos os nossos outros afazeres. Todas as outras atividades humanas dependem da mediação da matéria, uma vez que transformam a matéria-prima coletada na natureza em objetos para nossa satisfação e segurança. Quando não diretamente, fazem-no indiretamente, por meio dos produtos resultantes da transformação industrial.

Porém a cultura inclui na sua prática cotidiana a apropriação dos materiais disponíveis na natureza para a construção de uma boa vida: a isso chamamos de cultura material, não nos esquecendo de que ela influencia e é influenciada pela ação humana, mas não media a ação entre os homens. Um exemplo próximo é o fazer de Aleijadinho: barroco realizado com a disponibilidade da pedra-sabão constituindo não uma nova arte ou movimento artístico, e sim uma apropriação da natureza que refletia ali o conhecimento e o fazer humano. A pedra-sabão é tão capaz de refletir as tensões e angústias humanas quanto o mármore europeu. Tanto um quanto outro são apenas veículos, expressões materiais da ação humana. Com isso afirmamos que o ambiente é definidor, mas não definitivo na constituição da cultura.

A cidade em sua natureza é ao mesmo tempo objeto de conquista humana à natureza e abrigo necessário aos homens para sua sobrevivência. Do que a natureza lhes oferece ali, naquele seu lugar de *colo* e *culto*, presente e passado, ao tirar o seu sustento, o homem modifica a si e ao ambiente, simultaneamente. Mais uma vez, a educação e a política conduzem a um *ethos* diferente em cada cidade, em cada grupo, já que cada um imagina para si futuros diferentes a partir do que lhes é dado conquistar naquele território. Todavia a cidade não é constituída culturalmente – ou seja, nas relações de seus cidadãos – pela mediação das coisas que ali estão dispostas naturalmente, mas pelo culto e pela cultura, uma vez que não se faz tal conquista individualmente. Ao não compreender essa ação, cria-se o equívoco que é o processo de aculturação: um povo em conquista de outro, destruindo qualquer possibilidade de encontro e troca de componentes materiais e simbólicos para ambos os grupos.

Dessa apropriação do ambiente derivam as hierarquias sociais e as relações de poder, donde “aculturar um povo se traduziria, afinal, em sujeitá-lo ou, no melhor dos casos, adaptá-lo tecnologicamente a um certo padrão tido como superior” (BOSI, 1992, p. 17). Num processo de aculturação não existem trocas, pois ele visa obter do outro apenas bens materiais não simbólicos, desprovidos de significantes e significados – no dizer de Marx (2012), apenas com valor de troca e não de uso, reforçando assim o caráter civilizatório, predatório, verticalizado e externo em detrimento do caráter colonizador, colaborador, horizontalizado e interno. Essa relação ficou evidente nos processos de ocupação do mundo moderno, a partir do século XVI. A civilização europeia aculturou o restante do mundo na sua relação com os outros povos.

Essa distinção mostra-se fundamental para o nosso entendimento da cultura. Se a cultura é uma ação humana, portanto não mediada pelas coisas, ela não pode nem deve ser objeto de trocas que não sejam simbólicas e significativas para ambas as partes. A cultura está além no tempo e no espaço. Ela não faz parte do processo civilizatório.

Marc Ferro (1996, p. 13), historiador francês, revela-nos uma história com um ponto de vista diferente das histórias das civilizações ao escrever *História das colonizações*: “Se é verdade que o discurso colonial pode encobrir a visão dos vencidos, isso não significa que, nos tempos em que eram subjugados, eles tivessem desistido da idéia de retomar o controle de sua própria história” (ou seja, de fazer do *cultus* a ferramenta para a retomada da *cultura*, de seu futuro).

A obra de Ferro está repleta de exemplos que vão desde a troca de doenças – a Europa nos deu a gripe e o sarampo e por sua vez os maias deram a sífilis aos europeus – até a troca de ideias: as ideias que embalsamaram a libertação do Vietnã foram levadas aos vietnamitas quando reconheciam Montesquieu, Voltaire, Rosseau e Napoleão como “bons franceses” (FERRO, 1996, p. 220, 235-238). A obra é recheada de exemplos de como as trocas – materiais e simbólicas – serviram para libertar a humanidade.

É nesse sentido que podemos considerar o Manifesto Antropofágico de Oswald e Mário de Andrade como um manifesto à libertação do humano, já que reconhece no outro a diversidade, aproveita-lhe o essencial adaptando-o à sua realidade material e não constituindo uma nova cultura, mas um contínuo conhecimento e reconhecimento da humanidade. Uma troca justa, pois tira e dá. Os processos civilizatórios não imaginam o futuro, por isso prescindem da educação e da política. Não são os processos civilizatórios que criam culturas, mas os processos colonizadores que promovem os encontros entre os grupos pertencentes ao mesmo território, trocando a insegurança do nomadismo pela segurança e tranquilidade do sedentarismo na cidade.

Dos processos de aculturação sobre os quais nos alerta Bosi, nasce também o seu contrário. A saber, dessas relações de poder deriva o que chamamos de contracultura ou cultura de resistência, que vai se afirmando e se consolidando à revelia dos poderes instituídos, ao rever valores, conceitos e preconceitos, instituir novos cultos e novas culturas, criar rupturas e consolidar permanências. Aqui a novidade entra como um “paradoxo estendido na areia” (GIL, 2012), que é a figura do homem criador de cultura – mesmo diante das suas necessidades mais vitais –, pois só assim o *homo* se faz *sapiens*.

Rompendo com estruturas maiores de uma indústria cultural – filha de um processo de globalização econômica –, os homens, cada um em seu ambiente, partindo de dificuldades de sobrevivência que se assemelham no cotidiano do mundo, mostram-se capazes de novas soluções tanto para suas necessidades materiais quanto para as espirituais e simbólicas. Novas línguas e novas linguagens, novos materiais e novas arquiteturas, novas tecnologias e novos mundos. Desde Abbie Hoffman² dizendo-se “filho da televisão” nos fins dos anos 1960 até os jovens e adolescentes de hoje com seus celulares e vídeos domésticos veiculados pelo You Tube ou redes sociais, são continuadores de uma cultura, cuja primeira luta é ir contra o estabelecido.

À guisa de conclusão, enquanto fazedores de cultura não podemos nos esquecer de que nossa condição humana cria o moto contínuo da vida. Na educação – seja por intermédio das escolas em todos os seus níveis e em todas as outras formas de educar uma comunidade, seja na prática democrática por meio dos parlamentos ou na política de resistência a um padrão cultural imposto, verticalizado – surgem novos valores, novas línguas, novas religiões, novos conceitos, novos cultos, enfim... Se entendermos a cultura como o resultado daquela ação que lança o homem e a humanidade para o futuro, sem perder a memória daquele povo, no seu tempo e em determinado espaço, ela não pode ser descartada enquanto política de Estado. Se nossa razão nos impele ao Estado como forma de organização da cidade para a proteção e promoção da vida, ele deve, pois, incentivar, financiar e horizontalizar aquela cultura que, por princípio, se entende como condição da pluralidade humana e da diversidade étnica, social, linguística, ecológica, criativa, bem como os suportes necessários para a eternização da humanidade.

Esclarecedora é a fala de Antônio Nóbrega (2012) ao afirmar que

a visão da cultura é uma visão ainda muito financista. Se pensa muito na economia da cultura, mas se pensa pouco ainda, por exemplo, no papel, na função da cultura. Então se se pensa na função da cultura tem que priorizar, tem que hierarquizar certos procedimentos, principalmente num país desse, onde a heterogeneidade que aparece, num mundo globalizado, é muito grande. Se a gente não tiver um ponto, um norte, tudo vira balcão.

Portanto, deve o Estado ser o principal promotor da cultura, deixando a sociedade organizar e realizar livremente tudo aquilo que a torna única na sua multiplicidade, que é a cultura humana recriando e refazendo a cidade, não mais aquém do capital, mas para além do humano.

² Abbot Howard “Abbie” Hoffman (30/11/1936-12/4/1989) foi um ativista norte-americano, fundador dos “Yippies”: Youth International Party (Partido Internacional da Juventude). Este foi criado nos EUA em 1967, contrapondo-se à passividade rural dos *hippies*. Tinha caráter urbano e agressivo, porém sem violência, com uma linguagem teatral e midiática; acreditava na mudança social via juventude, a qual constituía o maior eleitorado norte-americano à época.

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

BIGNOTTO, N. **Maquiavel Republicano**. São Paulo: Loyola, 1991.

BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FERRO, M. **História das colonizações**: das conquistas às independências – séculos XIII a XX. Tradução de Rosa Freire de Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GIL, G. **A novidade**. Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/gilberto-gil/46179/>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

MARX, K. **O capital**. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/vol1cap01.htm#c1s1>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

NÓBREGA, A. C. **Antônio Carlos Nóbrega**: entrevista ao Programa Diverso, Rede Minas de Televisão. Acesso em: <http://www.youtube.com/watch?v=O_dxc1rJs2Y>. Acesso em: 12 abr. 2012.